

06 OUT 1992

ESTADO DE SÃO PAULO

Uma economia sem milagres

Bran

O novo ministro do Planejamento, Paulo Roberto Haddad, entendendo a urgência de divulgar o pensamento da nova equipe econômica, concedeu em dois dias numerosas entrevistas à imprensa para dar segurança a um mercado surpreendido pela sua escolha pelo presidente Itamar Franco. Em algumas horas, o novo titular conseguiu transmitir a tranquilidade de que o País necessitava e, especialmente, convencer os agentes econômicos de que não haverá soluções milagrosas. A continuidade — esclareceu — será uma das grandes preocupações da equipe que passa a dirigir. Seria certamente um grave erro pensar que bastaria a troca do presidente da República ou buscar em outros Estados ministros do Planejamento e da Economia para que se desse remédios aos nossos males. Paulo Roberto Haddad deixou bem clara a linha geral do novo governo: "Vamos continuar a fazer uma política muito conservadora, de juros altos e redução de gastos públicos". Alguns poderão dizer que apenas deu prova de falta de imaginação; quanto a nós, preferimos entender que provou seu bom senso. Concordamos com a opinião de que a taxa de juros é excessivamente alta. Não podemos esquecer

que, diante da liquidez potencial explosiva hoje existente, não se pode brincar com essa taxa que, uma vez reduzida, poderia levar à hiperinflação.

O ministro considera que a inflação poderá decrescer ligeiramente nas próximas semanas com a eliminação do fator político, que contribuiu para elevar o patamar inflacionário... Talvez esteja incorrendo em um erro de interpretação quanto à evolução dos preços, a qual, provavelmente, se teria verificado, mesmo sem a crise política. Mas ainda que não se tivesse afastado o presidente Collor, se poderia prever que a partir de novembro a pressão sobre os preços, enquanto estável a política salarial, seria menor. Convém lembrar também que já se notam sinais de ligeira recuperação dos negócios, como consequência da política imprimida pelo ex-ministro da Economia. Sem dúvida, uma redução sensível da alta dos preços (e em decorrência uma real retomada da taxa de crescimento), depende da reforma fiscal e, a maior prazo, da adoção de um certo tipo de pacto social. Paulo Roberto Haddad assume, quanto à citada reforma, uma posição que nos parece mais realista do que aquela adotada pelo governo anterior. Não se pode pensar numa

reforma profunda, ainda que nos pareça que, no clima de euforia criado pela vitória do impeachment, teria sido interessante tentar negociar uma reforma que não fosse apenas um ajuste capaz de provocar novas distorções. O novo ministro poderia ter assumido uma atitude mais nítida quanto às câmaras setoriais. Não cremos na possibilidade de encontro de uma solução global para se chegar à redução dos preços.

Já tivemos oportunidade de questionar as inovações relacionadas com o processo de privatização, mas registramos prazerosamente o anúncio, pelo ministro do Planejamento, de que não se alterarão os leilões já marcados.

Paulo Roberto Haddad age um tanto à mineira quando expõe sua posição referente ao ritmo da liberação das importações ou à situação dos bancos estaduais, ao admitir que, na prática, a teoria é outra. Mas assume uma posição firme quando se refere, no capítulo da renegociação da dívida externa, ao papel do capital estrangeiro. O que nos preocupa é saber se, na definição da política, prevalecerão as posições sensatas dos ministros do Planejamento e da Economia ou as visões "demodées" do presidente Itamar Franco.